

**ATA DA 334ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP  
REALIZADA NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2007**

1  
2  
3  
4 Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, os membros do Conselho  
5 Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram na sala de reuniões na  
6 Biblioteca do Ministério da Justiça, no edifício sede. Estiveram presentes o Presidente,  
7 Dr. Sérgio Salomão Shecaira, e os Conselheiros: Adeildo Nunes, Airton Aloísio Michels,  
8 Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Weis, Carlos Martins Antico, César Oliveira de  
9 Barros Leal, Eleonora de Souza Luna, Mario Julio Pereira da Silva, Pedro Sérgio dos  
10 Santos. Justificaram a ausência os Conselheiros Cassio Castellarin, Christine  
11 Kampamann Bittencourt, Edison José Biondi, Geder Luiz Rocha Gomes, Herbert José  
12 Almeida Carneiro, Luís Guilherme Martins Vieira, Maurício Kuehne e Vetuval Martins  
13 Vasconcelos. A reunião teve a presença, ainda, dos senhores Télió Leão Aires  
14 (Secretário de Cidadania e Justiça do Tocantins) e Bonfim Santana Pinto (Diretor de  
15 Administração Penitenciária do Depen). O Presidente do CNPCP, Sérgio Salomão  
16 Shecaira, iniciou os trabalhos submetendo à apreciação do Plenário a ata da 333ª  
17 Reunião Ordinária, que foi aprovada com as alterações propostas pelo Conselheiro  
18 César Oliveira de Barros Leal. Na seqüência dos trabalhos, passou-se à fase das  
19 comunicações. O Presidente, Dr. Sérgio Salomão Schecaia, comunicou que  
20 compareceu a uma reunião com o Secretário de Administração Penitenciária do Estado  
21 de São Paulo, Dr. Antônio Ferreira Pinto, juntamente com o Conselheiro Carlos Weis e  
22 com a Secretária do CNPCP, Jussara Isaac. Procedeu a um breve relato, informando  
23 que foram tratados assuntos diversos, nomeadamente relativos à penitenciária feminina  
24 da capital paulista. O Conselheiro Carlos Weis, por sua vez, pediu a palavra e informou  
25 que reiterou o pedido para a designação de novos defensores públicos nos presídios,  
26 principalmente naqueles mais importantes e solicitou, também, um calendário de  
27 audiências públicas no mês de novembro, a exemplo da que acontecerá em Belo  
28 Horizonte nos dias 28, 29 e 30 de novembro. A palavra foi passada ao Conselheiro  
29 César Oliveira de Barros Leal, o qual discorreu sobre o Instituto Brasileiro de Direitos  
30 Humanos e sua revista, distribuída a todos os presentes. Informou, ainda, que a  
31 publicação, que contém artigos em várias línguas, tem caráter internacional. O  
32 Presidente fez igualmente referências elogiosas à revista e a alguns artigos nela  
33 contidos. Em seguida, o Presidente solicitou que fosse feita a leitura final do anteprojeto  
34 de indulto, para posterior encaminhamento ao Ministro da Justiça. Com a palavra o  
35 Conselheiro César Oliveira de Barros Leal, apresentou, como relator, o Plano Nacional

36 de Política Penitenciária, que foi aprovado por unanimidade. Algumas discussões  
37 pontuais ocorreram, relativamente, por exemplo, à privatização no âmbito da execução  
38 penal. O Plenário do Conselho reafirmou sua posição de rechaçar a privatização plena  
39 das unidades prisionais, o que, evidentemente, não deve ser confundido com a  
40 terceirização. Dando seqüência à pauta da reunião, o Conselheiro César Oliveira de  
41 Barros Leal fez um relato sobre as visitas de inspeção às APACs de Itaúna e Nova  
42 Lima, em Minas Gerais (feitas em companhia do Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes  
43 e Thiago Machado, representante da Ouvidoria do Depen), bem como ao Centro de  
44 Ressocialização de Atibaia e Sumaré e à Penitenciária II de Sorocaba, em São Paulo.  
45 Na seqüência dos trabalhos, o Presidente, Dr. Sérgio Salomão Shecaira, passou à  
46 apreciação dos processos distribuídos previamente: 1. Processo CNPCP/MJ nº  
47 08037.000071/2007-81. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do  
48 Estado do Tocantins, relativo ao exercício de 2006. Parecer do Conselheiro Carlos  
49 Martins Antico: pela aprovação do Relatório e remessa de ofício ao interessado,  
50 acusando o recebimento e posterior arquivamento dos autos para subsidiar Visita de  
51 Inspeção a ser agendada posteriormente. Aprovado, à unanimidade. 2. Processo  
52 CNPCP/MJ nº 08037.000067/2007-13. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho  
53 Penitenciário do Estado do Amapá, relativo ao exercício de 2006 e Relatório de  
54 Inspeção realizado pelo Instituto de Administração Penitenciária do Estado. Parecer do  
55 Conselheiro Carlos Martins Antico: pela aprovação do Relatório, com ofício ao  
56 interessado, acusando o recebimento e posterior arquivamento dos autos para subsidiar  
57 Visita de Inspeção a ser agendada posteriormente. Aprovado, à unanimidade. 3.  
58 Processo CNPCP/MJ nº 08037.000142/2007-46. Assunto: Considerações do Membro  
59 do Conselho Penitenciário do Estado de Goiás, acerca da inconstitucionalidade do  
60 inciso V, art. 1º do Decreto de Indulto nº 5295/2004, fundamentando o indeferimento do  
61 pleito de indulto condicional do sentenciado Emerson Borges de Oliveira. Parecer do  
62 Conselheiro Carlos Martins Antico: pelo acolhimento da manifestação contida nos autos,  
63 reconhecendo a inconstitucionalidade apontada. Aprovado. 4. Processo SERA/CCA nº  
64 08200.022335/2006-38. Assunto: Despacho nº 7836, de 19/12/2006: encaminha “projeto  
65 de criação da Divisão de Repressão aos Crimes de Contrabando, Descaminho e contra  
66 a Propriedade Intelectual e Industrial”, de autoria do Departamento da Polícia Federal –  
67 Coordenação Geral da Polícia Fazendária. Parecer do Conselheiro Carlos Martins  
68 Antico: pela aprovação do Projeto apresentado. Aprovado o parecer pela incompetência  
69 de manifestação do Colegiado acerca da matéria. 5. Processo CNPCP/MJ nº  
70 08037.000032/2007-84. Assunto: Denúncia. Solicitação de informações acerca da

71 execução do projeto “Pintando a Liberdade”, uma parceria do Ministério do Esporte com  
72 o Ministério da Justiça. Manifestação do Conselheiro Carlos Lélío Lauria Ferreira: pela  
73 reiteração das diligências solicitadas. Acatada a manifestação pelo Colegiado. 6.  
74 Processo CNPCP/MJ nº 08037.000065/2006-43. Assunto: Encaminha Resolução do  
75 Conselho da Justiça Federal que regulamenta a transferência de presos para as  
76 penitenciárias e disciplina a execução penal. Parecer do Conselheiro Carlos Weis, após  
77 vistas: pela inconstitucionalidade da fixação de competência por meio de resolução  
78 administrativa com proposta de alteração do art. 109, da Constituição Federal. Adiada a  
79 discussão. 7. Processo DEPEN/MJ nº 08016.000540/2007-19. Assunto: Memo  
80 102/2007, de 11/01/2007: encaminha documento para apreciação no sentido de  
81 subsidiar os debates acerca das ocorrências relacionadas com a questão penitenciária  
82 nacional. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal, já mencionado:  
83 apresenta o Plano Nacional de Política Penitenciária, que é discutido amplamente, item  
84 por item, para ulterior publicação em forma de Resolução. Aprovado à unanimidade. 8.  
85 Processo DEPEN/MJ nº 08016.003564/2007-11 (08016.003862/2007-10). Assunto:  
86 Relatório de Inspeção feita na Penitenciária Feminina de São Paulo/SP. Manifestação  
87 do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pelo arquivamento dos autos, com cópia  
88 aos membros encarregados da respectiva visita de inspeção. Acatada pelo plenário. 9.  
89 Processo DEPEN/MJ nº 08016.002464/2006-68. Assunto: Cadeia Pública de Cachoeiro  
90 de Itapemerim/ES. Solicita informações sobre a saúde da mulher presa. Manifestação  
91 do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pela conversão em diligência. À  
92 Secretaria do CNPCP para providências. 10. Processo DEPEN/MJ nº  
93 08016.003261/2007-07. Assunto: encaminha cópia do Relatório de Atividades do  
94 Conselho Penitenciário do Estado de Sergipe, referente a 2006. Parecer da Conselheira  
95 Eleonora de Souza Luna: pela aprovação do relatório e posterior arquivamento dos  
96 autos, com cópia para subsidiar visita de inspeção a ser agendada. Aprovado, à  
97 unanimidade. 11. Processo GM/MJ nº 08001.000810/2007-42. Assunto: Familiares das  
98 presas e agentes do Presídio Feminino de Campina Grande/PB. Denúncia contra a  
99 diretoria da instituição. Parecer da Conselheira Eleonora de Souza Luna: pela conversão  
100 em diligência para emissão posterior de parecer conclusivo. Aprovado, à unanimidade.  
101 12. Processo CNPCP/MJ nº 08037.000162/2006-35. Assunto: Grupo de Estudos e  
102 Trabalho “Mulheres Encarceradas”: encaminha carta s/nº, requerendo Visita de  
103 Inspeção após denúncias relacionadas à Penitenciária Feminina de Sant’Ana, no Estado  
104 de São Paulo. Parecer da Conselheira Eleonora de Souza Luna: que se aguarde nova  
105 visita de inspeção à Penitenciária referida, com vistas a avaliar a solução dos problemas

106 detectados. Aprovado, à unanimidade. 13. Processo CNPCP/MJ nº 08037.000079/2007-  
107 48. Assunto: Relatório de Vistoria pertinente à Penitenciária Lemos de Brito no Estado  
108 do Rio de Janeiro. Manifestação do Conselheiro Mario Julio Pereira da Silva: pelo envio  
109 dos autos ao DEPEN/MJ para providências que julgar pertinentes, sendo que, após  
110 restituição ao CNPCP, seja procedida a redistribuição de acordo com a Portaria de  
111 designação. Acatada pelo Plenário. 14. Processo CNPCP/MJ nº 08037.000087/2007-94.  
112 Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado do Amazonas,  
113 referente ao exercício de 2006. Manifestação do Conselheiro Mario Julio Pereira da  
114 Silva: pela conversão em diligência junto ao Conselho Penitenciário do Estado. Acatada  
115 pelo plenário. 15. Processo GM/MJ nº 08001.007975/2005-83. Assunto: PLS 271, do  
116 Senador PEDRO SIMON. Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 07/12/1940, Código Penal no  
117 que tange à substituição da Pena de Liberdade pela Restritiva de Direitos. Parecer do  
118 Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos: pela conversão em diligência. 16. Parecer GM/MJ  
119 nº 08001.006685/2006-01. Assunto: PL nº 3924/2004 do Deputado CARLOS SOUZA.  
120 Modifica a Lei de Crimes Hediondos proibindo a apelação em liberdade em caso de  
121 sentença condenatória por crime hediondo, tortura, terrorismo e tráfico de drogas,  
122 alterando a Lei n.º 8072, de 1990. Parecer do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos:  
123 pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. Nada mais existindo a ser tratado, o  
124 Presidente, Sérgio Salomão Shecaira, encerrou os trabalhos, agradecendo a presença  
125 de todos, dando por encerrada a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata,  
126 redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

127

128

129

130

131

132

**SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA**  
Presidente do CNPCP

Publicada no D.O.U., de 05/10/07 – Seção 1 – p. 114.